

Francisco Sá 2
Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022 com Relatório do
Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.**
Francisco Sá - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	5	2.919	3.191	Fornecedores	11	460	7.565
Clientes a receber	6	1.379	-	Financiamentos	13	6.692	3.339
Impostos a recuperar		11	2	Obrigações tributárias	12	210	431
Adiantamento a fornecedores	7	53	9.455	Arrendamento	10.c	26	22
Despesas antecipadas		137	184	Dividendos	16	700	-
Total do ativo circulante		4.499	12.832	Total do passivo circulante		8.088	11.357
Cauções e depósitos vinculados	8	2.699	2.134	Financiamentos	13	83.613	70.330
Partes relacionadas	14	4.655	5.143	Arrendamento	10.c	4.227	3.919
Total realizável a longo prazo		7.354	7.277	Partes relacionadas	14	4.253	7.058
Imobilizado	9	137.460	111.731	Provisão para descomissionamento	15	1.452	-
Direito de uso	10	4.325	4.098	Total do passivo não circulante		93.545	81.307
Total do ativo não circulante		149.139	123.106	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		47.338	43.801
				Reserva de lucros		4.667	-
				(Prejuízos) acumulados			(527)
				Total do patrimônio líquido		52.005	43.274
Total do ativo		153.638	135.938	Total do passivo e patrimônio líquido		153.638	135.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida	18	13.855	-
Custos de Operação	19	<u>(5.516)</u>	<u>-</u>
Lucro Bruto		<u>8.339</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	19	<u>(138)</u>	<u>(431)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>8.201</u>	<u>(431)</u>
Receitas financeiras	20	356	63
Despesas financeiras	20	<u>(1.247)</u>	<u>(58)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(891)</u>	<u>5</u>
Resultado antes dos impostos		<u>7.310</u>	<u>(426)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(385)</u>	<u>(7)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>6.925</u></u>	<u><u>(433)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>6.925</u>	<u>(433)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6.925</u></u>	<u><u>(433)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de Lucros		Prejuízos / Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	A integralizar	Reserva legal	Lucros a disposição da AGO		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		22.332	-	-	-	(94)	22.238
Integralização de capital		21.458	-	-	-	-	21.458
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	11	-	-	-	11
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(433)	(433)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		43.790	11	-	-	(527)	43.274
Integralização de capital	17	3.548	(11)	-	-	-	3.537
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	6.925	6.925
Constituição de reserva legal	17	-	-	320	-	(320)	-
Reserva de retenção de lucros	17	-	-	-	4.347	(4.347)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	(1.520)	(1.520)
Dividendos adicionais constituídos	16	-	-	-	-	(211)	(211)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.338	-	320	4.347	-	52.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes dos impostos		7.310	(426)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	9	3.372	-
Juros sobre arrendamento	10	394	-
Juros de financiamentos	13	825	-
Ajuste a valor presente da provisão de descomissionamento	15	26	-
Amortização do direito de uso	10	133	-
		<u>12.060</u>	<u>(426)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	6	(1.379)	-
Adiantamento a fornecedores	7	9.402	(3.479)
Impostos a recuperar		(9)	-
Despesas Antecipadas		47	(184)
Fornecedores	11	(14.221)	2
Obrigações tributárias	12	(221)	422
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>5.679</u>	<u>(3.665)</u>
Pagamento de juros s/ financiamentos	13	(68)	-
Pagamento de IR e CS	21	(385)	(7)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>5.226</u>	<u>(3.672)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado e intangível	9	(14.301)	(96.870)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(14.301)</u>	<u>(96.870)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	13	(594)	(399)
Captação de financiamentos	13	10.215	63.397
Pagamento de arrendamento	10	(442)	-
Aumento de capital	16	3.537	21.458
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	11
Dividendos	16	(1.031)	-
Partes relacionadas	14	(2.317)	1.915
Cauções e depósitos vinculados	8	(565)	5.950
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>8.803</u>	<u>92.332</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(272)</u>	<u>(8.210)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	3.191	11.401
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	2.919	3.191
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(272)</u>	<u>(8.210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Francisco Sá 2 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em junho de 2018, com sede em Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais. A controladora direta da Companhia é a Francisco Sá Solar Holding S.A. e a controlada final é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

A Companhia tem como principal atividade a implantação e exploração de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cuja capacidade instalada atual é de 30 MW médios.

O registro na ANEEL se deu por meio da portaria nº 357/2018, publicado no Diário Oficial em 08 de agosto de 2018, sendo que suas operações tiveram início em 07 de abril de 2022. O prazo de duração da autorização é de 35 anos.

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Francisco II	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 154,42	IPCA	20 anos	01/01/2022	janeiro

O Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrado foi efetuado no ambiente regulado de energia – ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

De acordo com o contrato original assinado, a Companhia deveria iniciar a comercialização de energia em janeiro de 2022. Todavia, em 01 junho de 2021, a Companhia descontratou 100% da energia contratada no Ambiente de Mercado Regulado, referente ao exercício de 2022, no leilão do MCSD**. Dessa forma, os contratos CCEAR terão seu início em 01 de janeiro de 2023.

As informações adicionais sobre os contratos vigentes em 2022, do ACL, estão na nota explicativa nº 3.h.

- (**) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - Metodologia desenvolvida para permitir que sejam realizadas transferências de energia adquirida em leilões, na forma de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), entre agentes distintos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 11 de abril de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 22, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 09 - Imobilizado:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado
- **Nota explicativa 10 – Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 15 – Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.589 (R\$ 1475 em 2021), decorrente principalmente, da parcela de curto prazo do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (R\$ 6.692), conforme nota explicativa nº 13. Com a entrada em operação no segundo trimestre de 2022, a Administração compreende que reverterá tal cenário ao longo de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição, e são deduzidos da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao período de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 15. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a..

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de uma passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

h. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

i. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1) / IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2) / IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros Classificação de Passivos como Circulantes ou Não	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 –	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Making Material Judgments		
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e Bancos	1.380	3.191
Aplicações financeiras de curto prazo	1.539	-
	<u>2.919</u>	<u>3.191</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	2022	2021
Suprimento de energia	1.379	-
	<u>1.379</u>	<u>-</u>

Os valores referem-se ao contrato de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Adiantamento a fornecedores

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	53	9.455
	53	9.455

Referem-se a valores contratados, adiantados aos fornecedores dos projetos para construção dos parques fotovoltaicos. Em 31 de dezembro de 2022, devido a entrada em operação dos parques de geração solar, houve uma redução significativa nos saldos de adiantamentos a fornecedores.

8 Cauções e depósitos vinculados

	2022	2021
Banco do Nordeste do Brasil S/A	2.699	2.134
	2.699	2.134

Os depósitos vinculados no montante de R\$2.699 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.134 em 2021) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa nº 13.

9 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência de Imobilizado Unitização (ii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em construção (i)		111.731	27.675	(138.175)	-	1.231
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	4.940	(96)	4.844
Máquinas e Equipamentos	5,07%	-	-	130.849	(3.211)	127.638
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	-	-	187	(4)	183
Máquinas e Equipamentos	2,49%	-	-	2.167	(45)	2.122
Total do ativo imobilizado		111.731	27.675	(32)	(3.356)	136.018
Sistema de Transmissão de Conexão - Intangível em Serviço						
Softwares	20%	-	-	32	(4)	28
Total do ativo intangível		-	-	32	(4)	28
Total do ativo imobilizado e intangível		111.731	27.675	-	(3.360)	136.046
Descomissionamento (iii)	3,24%	-	1.426	-	(12)	1.414
Total		111.731	29.101	-	(3.372)	137.460

(i) Do montante de R\$ 7.083 de juros provisionados, R\$ 825 foram para o resultado e R\$ 6.258 foram capitalizadas no imobilizado em construção.

(ii) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção para o imobilizado através de unitização do bens que ocorreu em junho de 2022.

- (iii) A provisão para descomissionamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB.

10 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2020. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.599	(274)	4.325
		4.599	(274)	4.325
Total direito de uso		4.599	(274)	4.325
31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.239	(141)	4.098
		4.239	(141)	4.098
Total direito de uso		4.239	(141)	4.098

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	4.098	360	(133)	4.325
Total do ativo	4.098	360	(133)	4.325

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segue demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2022
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	12.583	1.073	(442)	-	13.214
(-) Ajuste a valor presente	(8.642)	(713)	-	394	(8.961)
Total	3.941	360	(442)	394	4.253
Circulante	22				26
Não circulante	3.919				4.227
Total	3.941				4.253

11 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e serviços	451	7.565
Mercado de curto prazo – CCEE	9	-
	460	7.565

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e os serviços e materiais para manutenção dos parques. Os principais fornecedores da companhia referem-se a Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas (R\$331).

12 Obrigações tributárias

	2022	2021
Pis a recolher	18	-
Cofins a recolher	83	-
IR retido sobre serviços	16	5
Pis/Cofins/Csll retidos	65	57
INSS retido	4	247
ISS retido	24	122
Total	210	431

13 Financiamentos

a. Composição dos empréstimos:

	31/12/2022					31/12/2021				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	5.302	4.833	1.390	78.780	90.305	2.646	474	693	69.856	73.669
Total de dívidas	5.302	4.833	1.390	78.780	90.305	2.646	474	693	69.856	73.669

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de junho de 2042.

b. Movimentação dos empréstimos:

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	693		(594)		1.291	1.390
Juros	2.646		(68)		2.724	5.302
	3.339	-	(662)	-	4.015	6.692
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	69.856	10.215			(1.291)	78.780
Juros	474			7.083	(2.724)	4.833
	70.330	10.215	-	7.083	(4.015)	83.613

Do montante de R\$ 7.083 de juros provisionados, R\$ 825 foram para o resultado e R\$ 6.258 foram capitalizadas no imobilizado em construção.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2024	7.137
2025	7.543
2026	7.625
2027	7.676
2028 a 2042	<u>53.632</u>
Total	<u><u>83.613</u></u>

Obrigações Contratuais – Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa nº 8);
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

14 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	2022	2021
Francisco Sa 1 Energias Renováveis (a)	<u>4.655</u>	<u>5.143</u>
Total	4.655	5.143

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

(ii) Contas a pagar de partes relacionadas

	2022	2021
Francisco Sá 3 Energias Renováveis (b)	4.253	4.253
Canadian Solar (c)	-	2.805
Total	4.253	7.058

- (b) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados s demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.
- (c) Saldo referente à compra dos painéis solares (imobilizado em construção) junto a Canadian Solar Inc., acionista minoritária e detentora de 20% das ações das empresas do complexo Francisco Sá.

(iii) Remuneração da administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. Sua remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi paga pela administradora (não controladora), Nebras Power Latin America Ltda.

15 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2022, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 12.140, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,40% reconheceu o valor presente de R\$ 1.426 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaicos (Nota 10).

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Provisão registrada durante o ano	1.426
Ajuste a valor presente	26
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.452

16 Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar:

	2022
Dividendos constituídos	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.520
Dividendos adicionais constituídos	211
	1.731
Dividendos pagos no exercício	1.031
	700

17 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 47.338 (R\$ 43.801 em 31 de dezembro de 2021), representado por 47.338.089 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações.

	2022	2021
Destinação dos lucros:		
Lucro a ser destinado:		
Lucro do exercício (-) absorção dos prejuízos acumulados	6.398	(527)
Constituição da reserva legal - 5% (i)	(320)	-
	6.078	(527)
Destinação do lucro:		
Dividendos complementares		
Dividendos (ii)	1.520	-
Dividendos adicionais	211	-
Lucros a disposição da AGO (iii)	4.347	-
	6.078	-

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, e os dividendos adicionais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 3.537, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 3.537.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18 Receitas Operacionais

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	13.942	-
Energia de curto prazo	437	-
Receita operacional bruta	14.379	-
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(524)	-
Total de deduções da receita operacional	(524)	-
Receita operacional líquida	13.855	-

19 Custos e despesa por natureza

	2022			2021		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(285)	-	(285)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.379)	-	(1.379)	-	-	-
Serviços de terceiros	(312)	(121)	(433)	-	(431)	(431)
Depreciação	(3.368)	-	(3.368)	-	-	-
Amortização	(137)	-	(137)	-	-	-
Seguros	(35)	-	(35)	-	-	-
Outras	-	(17)	(17)	-	-	-
Total	(5.516)	(138)	(5.654)	-	(431)	(431)

20 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	348	63
Outros juros e variações monetárias	8	-
Receitas financeiras total	356	63
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Financiamentos	(825)	
Ajuste a valor presente (arrendamento)	(395)	
Provisão para descomissionamento	(26)	
Outras despesas financeiras	(1)	(58)
Despesas financeiras total	(1.247)	(58)
Total resultado financeiro	(891)	5

21 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$385 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021)

	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	14.379	14.379
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.150	1.752
Demais receitas	356	356
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	257	128
Alíquota efetiva	1,74%	0,87%

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2022				31/12/2021			
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Cauções e depósitos vinculados	8	-	2.699	Nível 2	-	2.134	Nível 2	
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	1.539	Nível 2	-	-	Nível 2	
Caixa e bancos	5	1.380	-		3.191	-		
Partes relacionadas	14	4.655	-		5.143	-		
Clientes a receber	6	1.379	-		-	-		

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível	Outros passivos financeiros	Nível	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	11	460		7.565		
Financiamentos (a)	13	90.305	Nível 2	73.669	Nível 2	
Partes relacionadas	14	4.253		7.058		

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2022			31/12/2021	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	2.919	2.919	3.191	3.191
Partes relacionadas	14	4.655	4.655	5.143	5.143
Clientes a receber	6	1.379	1.379	-	-
	31/12/2022			31/12/2021	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Financiamentos (a)	13	90.305	90.305	73.669	73.669
Partes relacionadas	14	4.253	4.253	7.058	7.058

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos.

Variações das taxas índices	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	5,79%	5,78%	7,23%	8,67%
CDI	13,65%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2022	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	90.305	5.220	6.525	7.829
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	4.238	524	655	786

- (a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus
- (b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.565	7.565	7.565	-	-	-
Arrendamentos	3.941	12.762	398	398	1.994	9.972
Financiamentos	73.669	80.764	3.349	3.851	14.473	59.091
Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2022	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	460	460	460	-	-	-
Arrendamentos	4.253	13.212	440	440	1.320	11.012
Financiamentos	90.305	148.400	6.692	7.137	22.844	111.727

23 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício	7.116	7.241
Provisão para descomissionamento (nota 15)	1.426	-
Capitalização de juros de financiamentos (nota 13)	6.258	3.011
Capitalização de juros de arrendamentos (nota 10)	-	154
Amortização de direito de uso de terrenos (nota 10)	-	80
	14.800	10.486

24 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2022, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Risco possível

Processo Administrativo – Aneel

Em dezembro de 2022 a Aneel impôs penalidade pelo atraso na implantação do empreendimento, no montante de R\$ 249,334.62, supostamente, de acordo com o correspondente Edital. Em dezembro de 2022 a Companhia interpôs recurso administrativo. Em fevereiro de 2023, foi concedido efeito suspensivo ao recurso, de forma que a multa encontra-se suspensa até julgamento do recurso.

Processo Administrativo Ativo – ICMS

A companhia entrou em ação contra o estado de Minas Gerais para suspensar os pagamentos de ICMS sobre os encargos de transmissão e solicitar o reembolso dos valores pagos, no montante de (R\$ 55).

25 Evento Subsequente

- (a) Em janeiro de 2023, tiveram início os contratos do CCEAR, ou seja, a venda de energia elétrica no ambiente regulado (ACR).